

Punição para juros acima de

ANL

Domingo, 4 de setembro de 1988 — ECONOMIA — B - 3

12% não está definida

Márcia Zoet

Da Sucursal de Brasília

O dispositivo da nova Constituição que estabelece o tabelamento de juros em 12% ao ano para empréstimos bancários entra em vigor no dia da promulgação do texto constitucional, 5 de outubro. Mas se os bancos cobrarem taxas elevadas não haverá punições, porque as penalidades serão definidas em lei complementar, que não estará pronta.

Essas informações foram dadas ontem pelo relator do novo texto constitucional, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que passou o dia reunido no Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) revisando o texto aprovado no segundo turno de votação do Congresso constituinte. "A lei que determinará as punições ainda não existe, mas pelo menos aqueles que não queiram estar moralmente em desacordo com a nova Constituição adotarão logo os juros de 12%", afirmou Cabral.

A lei que definirá as penas para aqueles que cobrarem taxas acima de 12% ao ano deverá ser "uma das primeiras a serem implantadas pelo Congresso constituinte após a promulgação da Constituição", segundo Bernardo Cabral. De acordo com

seus cálculos, o Congresso terá de 40 a 50 leis complementares e menos de 200 leis ordinárias para implantar até 1991, quando termina o mandato dos parlamentares eleitos em 1985.

Para o professor de economia internacional, decano da Universidade de Brasília (UnB), Dercio Garcia Munhoz, a reação do mercado financeiro em relação ao tabelamento dos juros reais em 12% ao ano reflete uma certa perplexidade "devido à ausência do xerife (no caso o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega) no estabelecimento da ordem no mercado financeiro". Segundo ele, "a saída, agora, é fazer uma desindexação da economia, do tipo que foi o Plano Cruzado. Sem fazer um programa de desindexação vai ficar um pouco difícil resolver o problema".

Munhoz afirmou também que considera positiva o que ele classificou de "intervenção da Constituinte" num assunto da alçada do Poder Executivo. O professor criticou a política recente de altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central que "ao invés de reduzir a inflação tem provocado sua elevação", disse, considerando que "nos últimos três meses o BC passou de zero a juros reais de 16% e 17%".